

DO MARANHÃO À BAHIA: CARTOGRAFAR E REPRESENTAR A URBANIZAÇÃO DOS SERTÕES DAS CAPITANIAS DO NORTE

FROM MARANHÃO TO BAHIA: MAPPING AND REPRESENTING THE URBANIZATION OF NORTHERN PROVINCES' *SERTÕES* (HINTERLANDS)

Esdras Araújo Arraes¹

Endereço: Rua Adolfo Gordo, 52. Apto. 11 – A. Campos Elíseos. São Paulo – SP.

E-mail: esdras_arraes@yahoo.com.br

Resumo: Os sertões das capitanias do Norte – que envolveram em alguma medida as áreas interiorizadas das capitanias do Maranhão, Piauí, Pernambuco e suas anexas (Ceará Grande, Rio Grande, Paraíba e comarca das Alagoas), Bahia e Sergipe del Rei - têm sido usualmente interpretados como espaços vazios e inertes em termos socioeconômicos e urbanos. Na contramão dessa premissa, este artigo pretende expor sertões formados por territórios devidamente urbanizados segundo as políticas da Coroa portuguesa ou por meio de relações sociais formuladas entre os moradores e os representantes do rei no território. Põe-se luz no entrecruzamento da documentação manuscrita e cartográfica a fim de analisar as narrativas de ocupação e da urbanização desses espaços interiores.

Palavras-chave: Cartografia; Sertões do Norte; Urbanização.

Abstract: The Northern *sertões* (hinterlands) – which involved, during Brazilian colonial era, the internalized areas of Maranhão, Piauí, Pernambuco and its attached provinces (Ceará Grande, Rio Grande, Paraíba and Alagoas), Bahia and Sergipe del Rei provinces - have usually been analyzed as empty and inert spaces in socioeconomics and urban terms. On the opposite way, this paper seeks to show *sertões* formed by territories properly urbanized in according to the Portuguese Crown policies or by means of complex social relations formulated between local residents and King's officers over territory. It puts light over mutual connection of manuscript and cartographical documentation in order to interpret the settlement and urbanization narratives of those interior areas.

Keyword: Cartography; Northern *sertões*; Urbanization.

¹ Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU USP. Pesquisador de pós-doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH USP.

Introdução

Este ensaio pretende, sem esgotar o tema, compreender algumas das transformações territoriais e urbanas ocorridas nos sertões das capitâneas do Norte por meio das políticas da Coroa portuguesa. Essas transformações, lidas como processos de urbanização, resultaram na construção progressiva de uma hierárquica rede de povoações estruturada por capelas filiais, freguesias, julgados, vilas e cidades. Para tanto, o entendimento dessas unidades com o todo espacial requer, no mínimo, o uso de três escalas geográficas: uma micro, que aborda os episódios realizados no âmbito da povoação; outra que se pode chamar de “corográfica”, que diz respeito ao estudo de uma capitania, comarca ou termo de uma vila; e, por fim, a dimensão macro atinente às questões holísticas, envolvendo os sertões das capitâneas do Maranhão, Piauí, Pernambuco e suas anexas (Ceará Grande, Rio Grande, Paraíba), Bahia e Sergipe del Rei. A macro-escala traduz, por assim dizer, as maneiras como as políticas de urbanização se “objetificaram”² no território e na paisagem em povoações oficiais estrategicamente posicionadas para favorecer os planos geopolíticos da Coroa, seus representantes e/ou a elite local. Nesse aspecto, o historiador francês Bernard Lepetit afirmou que a escolha de uma escala particular procura apreender a conformação e o arranjo de objetos no território, sem, contudo, contradizer aquilo que é percebido em outras dimensões; ao contrário, “as conclusões que resultam de uma análise conduzida numa escala particular não podem ser opostas às conclusões obtidas numa outra escala”³. Para Beatriz Bueno, os desafios da perspectiva macrorregional são desejáveis justamente porque a predominância das pesquisas em Geografia Histórica e Historiografia brasileiras se preocuparam em examinar a urbanização dentro de áreas estanques, cujos contornos se confundem com os territórios dos atuais estados brasileiros⁴.

Foram poucos os mapas que indicaram em seus símbolos a complexidade da rede de povoações dos sertões das capitâneas do Norte. A maioria situou algumas etnias indígenas no território e pontuou poucas capelas filiais, freguesias e vilas. Assim, o “vazio”, o incógnito e o despovoado aparecem como imagens dos sertões. Deve-se deixar claro, entretanto, que não se pretende aqui “exorcizar” da cartografia informações que não estavam definidas durante o processo de sua elaboração. O geógrafo cultural J. Brian Harley em seu ensaio – “Silencios y secretos. La agenda oculta de la carografía en los albores de la Europa moderna” – mostrou que a hermenêutica

2 MILLER, Daniel. Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 90.

3 LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. São Paulo: Edusp, 2001. p. 225.

4 BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O Brasil-Colônia: em que medida mais urbano do que parece à primeira vista? Actas Primer Congreso Iberoamericano de Historia Urbana. Ciudades en el tiempo: infraestructuras, territorios, patrimonio, Santiago de Chile, mesa n.º 21, p. 826, 2016.

das narrativas mapeadas se ancora, dentre alguns aspectos, no contexto de outros mapas pelos quais os cartógrafos desenhavam os seus próprios⁵. Isto é, e aplicando ao nosso objeto de análise, se o “vazio” e o despovoado figuravam os sertões, isso ocorreu pela “ausência” de mapas cujos conteúdos representassem a sua rede urbana. Os cartógrafos “herdaram”, muitas vezes por acúmulo, a imagem do vazio e, a partir dela, rerepresentaram os sertões.

Em contrapartida, a documentação expõe “outros” sertões substanciados numa rica rede de povoações e em cotidianos praticados em diferentes dimensões. As fontes textuais manuscritas descrevem materialidades produtos dos processos de povoamento e das políticas de urbanização da Coroa portuguesa. Indicam, ainda, nas entrelinhas do discurso, as maneiras como os habitantes se apropriavam do território transformando-o em paisagem, quero dizer, como as operações diárias assumiram um papel-chave na conversão de regiões indefinidas em lugares determinados. Nesse particular, pode-se ilustrar um exemplo. Por volta de 1672, já existiam currais, sedes de fazendas e capelas desde a foz do rio São Francisco até por volta de 120 léguas adentro. Na primeira “Relação” do frade capuchinho Martinho de Nantes, embora os sertões tivessem adquirido uma imagem sublime de “solidões vastas e assustadoras”, foram situadas ermidas nas missões de Rodelas, Uracapá e Aramurus, assim como a da povoação de Pambú administrada por um capelão sustentado pelos moradores da região⁶. Além disso, os portugueses e negros escravos se deslocavam em barcas a fim de celebrar os dias santos nos lugares pios das aldeias, “trazendo guitarras e violões para a solenidade e que cantam muitos motes, e dão tiros de fuzil para maior demonstração de alegria”⁷.

Importa sublinhar também sobre os cuidados com a hermenêutica dos textos oficiais. De acordo com Amélia Aguiar Andrade, esses documentos, apesar de partirem de uma realidade concreta, tendem a estar marcados pela formação e objetivos de quem os produz, bem como pelos traços dominantes do imaginário social da época em que foram escritos. Não obstante, o questionamento de sua aplicabilidade seria o único critério de reconhecer sua eficácia e justeza de sua promulgação⁸.

Isso posto, o diálogo entre imagem cartográfica e documentação manuscrita fundamenta a abordagem teórico-metodológica e empírica do presente ensaio. O entrecruzamento dessas fontes possibilita a produção de mapas temáticos cujo objetivo é transportar os sertões das capitânicas do Norte a outras representações, afastadas daquela usual que gravita no “vazio”, com uma rede de povoações extremamente frágil ou como espaço periférico aos interesses lusitanos. A cartografia e os mapas temáticos

5 Ver o artigo na coletânea HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2005.

6 MARTINHO DE NANTES, padre, O.F.M. Cap. *Relação de uma missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 35.

7 MARTINHO DE NANTES, padre, O.F.M. Cap. *Relação de uma missão no Rio São Francisco...*Opus cit.,p. 16.

8 ANDRADE, Amélia Aguiar. *A construção medieval do território*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001. p. 54.

(e em certa medida as fontes manuscritas) estimulam leituras visuais sobre as paisagens dos sertões em diferentes dimensões geográficas, como também sobre as objetificações das políticas de urbanização emanadas da Coroa ou de seus representantes. Os mapas temáticos dão a ver as razões, em diferentes aspectos, do porquê da localização das povoações no território e suas implicações nas tramas sociais nele operadas. Seriam, portanto, uma das facetas da “geografia da vista” em exercício, na feliz acepção do arquiteto italiano Renzo Dubbini⁹. Ou, como poeticamente escreveu o historiador de arte argentino Damián Bayón, é preciso *pensar con los ojos* as imagens, pois dentro dela podemos descobrir, integrar mundos e assumir os fenômenos de sua criação¹⁰.

As narrativas da urbanização dos sertões do Norte: minerais, caminhos e as primeiras vilas

É uma tarefa difícil, diria quase impossível, definir os limites geográficos dos sertões das capitanias do Norte do período colonial, este completamente distinto do atual sertão nordestino conhecido por todos e configurado por meio de políticas muito recentes, iniciadas na Primeira República e consolidadas com a instituição da SUDENE. Os sertões passaram a existir no imaginário colonial desde a chegada da armada de Pedro Álvares Cabral, em 1500. Esses lugares não estavam muito distantes do litoral, como se costuma pensar, mas estavam na Mata Atlântica os sertões das muitas aves coloridas vistas por Pero Vaz de Caminha¹¹. À medida que a colonização avançava, os sertões passaram a ser compreendidos como regiões majoritariamente interiores. No dicionário de Raphael Bluteau o verbete “sertão” e seus cognatos – “certam”, “sertam”, “certão” – foram definidos como regiões apartadas do mar, metidas entre terras¹². A definição de Antonio Moraes para o vocábulo pouco difere da de Bluteau, sendo entendido como o interior, o “coração” das terras¹³. Dessa forma, o léxico mostra o enquadramento do “certão” ao mediterrâneo, entre uma fronteira metafórica – o coração das terras – e um limite específico – o oceano Atlântico, por exemplo.

O cronista Gabriel Soares de Sousa narrou, em 1587, sobre o estado do povoamento desses espaços, seus habitantes indígenas além de pormenorizar alguns aspectos utilitários do território. Escrevendo sobre o rio São Francisco, Sousa mencionou a ocupação de suas margens, sendo sempre “mui povoadas...por ser a terra

9 DUBBINI, Renzo. *Geography of the gaze: urban and rural vision in early modern Europe*. Chicago: University of Chicago Press, 2002. p. 90.

10 BAYÓN, Damián. *Pensar con los ojos*. 2 ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, S.A., 1993. p. 18.

11 CASTRO, Sílvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM, 2015. p. 106.

12 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & latino: aulico, anaomico, architectonico...Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728*. Vol. 7. p. 613. Disponível em <http://www.bbm.usp.br>. Acesso em: 17 ago. 2017.

13 SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario de Lingua Portuguesa - recopilado dos impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 693. Disponível em www.bbm.usp.br. Acesso em: 17 ago. 2017.

mui fértil pelas suas ribeiras, e por acharem neles grandes pescarias”¹⁴. Os habitantes primitivos, genericamente denominados de “tapuias”, “eram tantos e estão tão divididos em bandos, costumes e linguagens, para se dizer deles muito, era necessário de propósito e devagar tomar grandes informações de suas divisões, vidas e costumes”¹⁵. Diante desse cenário, esses sertões não eram prístinos, mas estavam devidamente alterados segundo as técnicas empregadas pelo modo de viver indígena. As modificações deram-se tanto no âmbito local – construção de aldeias e derrubada de mata para plantação de mandioca, por exemplo – como em escalas mais alargadas – desenvolvimento de trilhas e grandes deslocamentos fluviais.

Os colonizadores portugueses se interessaram pelas marcas sutis deixadas pelos nativos no território e dos contatos culturais operados entre eles. Sem o saber indígena a ocupação adventícia seria difícil ou impraticável, pois os índios eram os práticos dos sertões. Nos seus caminhos demandaram gentes esperançosas de encontrar preciosidades ou capturar os índios para os trabalhos no litoral. Nesses deslocamentos, roteiros eram escritos e rascunhos de mapas desenhados. O itinerário de Belchior Dias Moreia, que situava as minas de pratas nos sertões da Bahia, surgiu dessa vontade de conhecer e explorar o território. Anos mais tarde, em 1725, Pedro Barboza Leal, ainda ofuscado pela miragem da prata, realizou um percurso parecido ao do Moreia sob o mando do vice-rei do Brasil Vasco Fernandes César de Menezes¹⁶.

Nem prata, nem ouro, mas salitre. Este mineral atraiu o governador geral D. João de Alencastro às zonas interiorizadas. A autoridade saiu da Cidade da Bahia internando-se na capitania desejoso de extrair salitre, matéria-prima da pólvora negra. Naquela altura, foram estabelecidas algumas oficinas de produção movidas pelo trabalho indígena, como a dos Abreus administrada por Leonel de Abreu e Lima¹⁷. Para evitar maiores confrontos entre os nativos e os agentes da Coroa nas oficinas e minas, o governador criou a missão do Sahy, administrada por frades Franciscanos, com o objetivo de controlar os índios inserindo-os à conjuntura socioeconômica vigente. O projeto das oficinas contava com uma casa grande para tina e caldeiras onde se havia de separar o sal; um armazém para recolhê-lo depois de purificado, casas para o feitor ou almoxarife e alojamento para os índios e escravos, além de quartel para soldados em caso de sublevação indígena¹⁸. As oficinas construídas no crepúsculo do Seiscentos tiveram pouco sucesso, frustrando o empreendimento extrativista, mas foram vantajosas em definir sertões antes considerados incógnitos.

14 SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Edusp, 1971. p. 63.

15 SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil...Opus cit.*, p. 338.

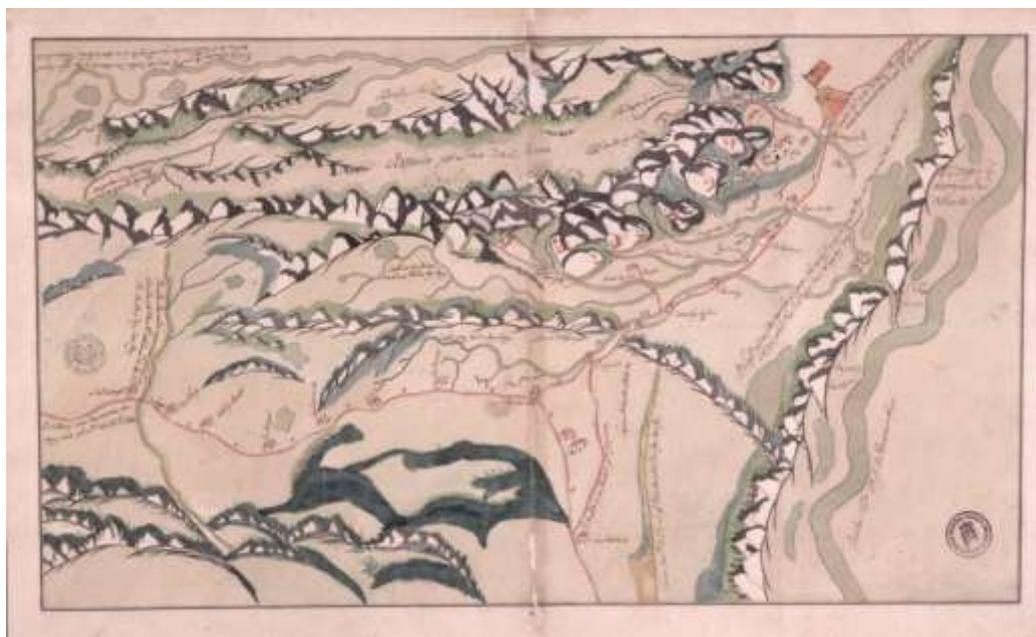
16 FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 110.

17 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei, D. Pedro II, sobre as cartas e papéis do ex-governador, Fernão Martins Mascarenhas de Lencastro, do desembargador e provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, Inácio de Moraes Sarmento, acerca do estado em que se encontram as minas de salitre da mesma capitania, e do seu rendimento e despesa. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Pernambuco_Cx. 20, D. 1938.

18 PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização dos sertões Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp, 2002. p. 32.

Anos mais tarde, o salitre voltaria aos diálogos das autoridades régias. Em 1755, o intendente geral, Wenceslau Pereira da Silva, reconheceu a importância desse sal naqueles anos de instabilidade diplomática entre os reinos ibéricos. Com isso, o oficial recomendou a Manoel Dias Mascarenhas, “homem prático, e versado naquellas minas, provedor do regimento do ouro do Rio das Contas”¹⁹, que se deslocasse aos sertões a fim de averiguar a capacidade de obtenção do salitre. Uma rica documentação manuscrita e cartográfica descreve os processos de obtenção do salitre e o reconhecimento dos possíveis pontos de extração. No mapa da figura 1, provavelmente desenhado pelo provedor do regimento, além de localizar cerca de 11 minas, foram traçados caminhos conectando o litoral da Bahia aos sertões do rio São Francisco e uma rede de fazendas que articulava os moradores com a vizinhança ou às terras mais distantes. Mascarenhas redigiu um relato primoroso relacionando o território a objetivos claramente utilitaristas. Além disso, discriminou as oficinas de extração do salitre localizando-as precisamente sobre a ribeira homônima. Com efeito, a primeira oficina chamava-se **Sargento**, erguida nas terras do sargento-mor João dos Reis Santos; a segunda, era a dos **Abreus** antes mencionada; em seguida, afastada doze léguas da oficina dos Abreus, havia a do **Taboleiro**²⁰.

Figura 1 – Mapa do território da capitania da Bahia, compreendido entre o rio de S. Francisco, o rio Grande e o riacho chamado o Gavião, que divide o termo da vila do Fanado da vila do Rio das Contas.



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino_Seção cartografia_005, D. 0980.

19 CARTA de Wenceslau Pereira da Silva a Sebastião Joze de Carvalho e Mello sobre as minas de salitre na capitania da Bahia. ANTT. Correspondência recebida do Brasil (Baía). Ministério do Reino, mc. 599, n. 41.

20 CARTA do Provedor do regimento; e guarda mor das minas do Rio das Contas, Manuel Dias Mascarenhas, para o Conselheiro Intendente Geral da Baía, Wenceslau Pereira da Silva. ANTT. Correspondência recebida do Brasil (Bahia). Ministério do Reino, mc. 599, n. 47.

Retornemos à conjuntura geopolítica do final do século XVII. Em 1695, Alencastro aprovou a criação de um caminho que ligaria as duas capitais dos Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará²¹. O jesuíta Jacob Cloceo ficou incumbido de produzir um mapa e roteiro “para conhecimento do sertão e das terras por onde se descobriu o caminho”²². O trajeto cruzava vastas áreas povoadas com currais e sedes de fazendas. Capelas e freguesias foram erguidas nas proximidades da estrada no intuito de facilitar a comunicação entre os estados, atrair povoadores e averiguar as potencialidades econômicas da terra. A paróquia de Nossa Senhora da Vitória (futura vila da Mocha e cidade de Oeiras do Piauí), criada sob aprovação régia em 1697, orientou por muitos anos comerciantes de algodão de São Luis. Além dessa povoação, o caminho, posteriormente chamado de **caminho real do gado** e **caminho das boiadas do Piauí**, uniu localidades de diferentes níveis: um viajante passaria por cidades (Bahia, Oeiras do Piauí, São Luís), vilas (Água Fria, Jacobina, Vila Nova da Rainha), julgados (Itiúba, Aldeias Altas), freguesias (Ipitanga, São João da Mata, Jacobina Velha, Amarante, Itapicurú-Mirim, Nossa Senhora do Rosário, entre outras), missão religiosa (Juazeiro) e passagens (Juazeiro e Santo Antônio).

O caminho real do gado foi um dos mais utilizados, principalmente pelos condutores de gado criado na capitania de São José do Piauí e nos sertões da Jacobina. Existiram muitos outros elaborados para dinamizar as trocas sociais, econômicas e simbólicas entre os sertões diversos e o litoral. Em 1738, havia a estrada que ligava a vila do Recife às minas Gerais passando pelos rios Ipojuca e São Francisco²³. Carlos Studart Filho explicitou os trajetos e “nós” das estradas de Taquara, Camucim-Ibiapaba, geral do Jaguaribe, nova das Boiadas, das Boiadas, da Caiçara, Crato-Piancó e Crato-Oeiras²⁴. Na “Carta Geral da Província do Maranhão”, desenhada por volta de 1820 sob a coordenação do engenheiro militar Antônio Bernardino Pereira do Lago, visualiza-se a capitania do Maranhão devidamente cortada por diversas rotas, interligando assentamentos humanos entre si e com o território.

Pereira do Lago distinguiu duas modalidades de caminhos: os **caminhos de vizinhanças** relativos à vida cotidiana dos moradores e abertos para fins domésticos; e os **caminhos reais**, isto é, públicos, maiores em dimensão, com largura variável e oriundos de projetos oficiais no âmbito da defesa, fiscalização e vigilância do território²⁵. O caráter público da estrada real surge, na Europa, a partir do século XIII,

21 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão a Bahia. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Maranhão, Cx. 9, D. 906.

22 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o novo caminho que se descobriu no Maranhão e cartas do governador geral do Brasil e do padre Jacob Cloceo. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Maranhão, Cx. 9, D. 957.

23 ROTEIRO do caminho para Pojuca, passado por Urubá, capitania de Pernambuco. 1738. IEB/USP-COL. ML, 72.60.

24 STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. In Revista do Instituto do Ceará. Tomo LI. Fortaleza, 1937. p. 15-47.

25 PIROTO, João Maria de Vasconcelos. A construção das acessibilidades e a definição do território nos sécs. XVII e XVIII. Os engenheiros militares e as vias de comunicação. Lisboa: Cromotipo, 2004. p. 15.

no sentido de que o rei “personifica” a proteção do Estado sobre a via²⁶. Dentre os caminhos reais da capitania do Maranhão, o engenheiro citou o **das Boiadas**, o da vila de **Guimarães**, dos **Correios**, do **Ouro**, do **Galho** e do **Sertão**²⁷. Abriam-se outras rotas reais ou de vizinhança por todas as capitanias do Norte, como a estrada do Porto de São Félix à Serra dos Montes Altos veiculada aos imperativos da extração do salitre. No mapa do cartógrafo Henrique Antônio Galuzzi, observa-se a capitania de São José do Piauí conectada de Norte a Sul por vias que se expandiam para além da circunscrição oficial, simbolizando experiências sociais vivenciadas na escala do território²⁸.

Sob esse aspecto viário, as paisagens dos sertões do Norte construíram-se a partir da execução de projetos da Coroa e das operações cotidianas dos habitantes. O primeiro agente transformou as zonas interiorizadas em escalas variadas, orbitando entre o micro e o macro. A paisagem construída pelas decisões dealbadas do Reino alinha-se ao que John Brinckerhoff Jackson denominou de “paisagem política”, o resultado das deliberações de um poder central, estruturadas para impor a unidade ou reformar o território, segundo objetivos religiosos, políticos, econômicos e culturais²⁹. Já a paisagem criada pelos moradores dos sertões surgiu pela modificação do mundo segundo as práticas da vida doméstica, das táticas pessoais no dizer de Michel de Certeau³⁰.

As transformações dos sertões também ocorreram na dimensão urbana quando a Coroa portuguesa decidiu fundar vilas em pontos nevrálgicos dos territórios das capitanias do Norte. A criação de vilas ali tardou se comparada com outras áreas econômicas, expressamente nas áreas de plantio de cana de açúcar, mineração e cultivo do tabaco. O retardamento dava-se, como justificado pelo Conselho Ultramarino, pela dispersão da população e pela incapacidade dos moradores de assumir cargos oficiais. A vila da **Mocha**, criada em 1712 e instalada em 1718, foi uma das pioneiras. **Jacobina** aparece em 1721, implantada em área de extração de ouro, rendendo vigilância acurada sobre os quintos cobrados. Os anos finais da segunda década do século XVIII apresentaram novos índices: na comarca da Bahia, numa área de fronteira com a ouvidoria de Sergipe del Rei, foram erigidas as vilas de **Itapicuru de Cima** e **Inhambupe**³¹. Anos depois, Inhampube perdeu a qualidade de vila, sendo anexada como paróquia subordinada à vila de Água Fria. Até 1750, além dos concelhos citados,

26 OSORIO, José Ramón Menéndez de Lúcar y Navia. La construcción del territorio: Mapa histórico del Noroeste de la Península Ibérica. Madrid: Lunberg Editores, 2000. p. 273.

27 LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. Estatística Histórica-Geográfica da Província do Maranhão oferecida ao Soberano Congresso das Cortes Geraes, Extraordinárias, e Constituintes da Monarchia Portuguesa. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1822. p. 16.

28 Para visualização dos caminhos desenhados por Henrique Antônio Galuzzi, sugerimos a leitura de ARRAES, Esdras. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. Anais do Museu Paulista, v. 24, n. 1, São Paulo, jan./abr., 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0110>.

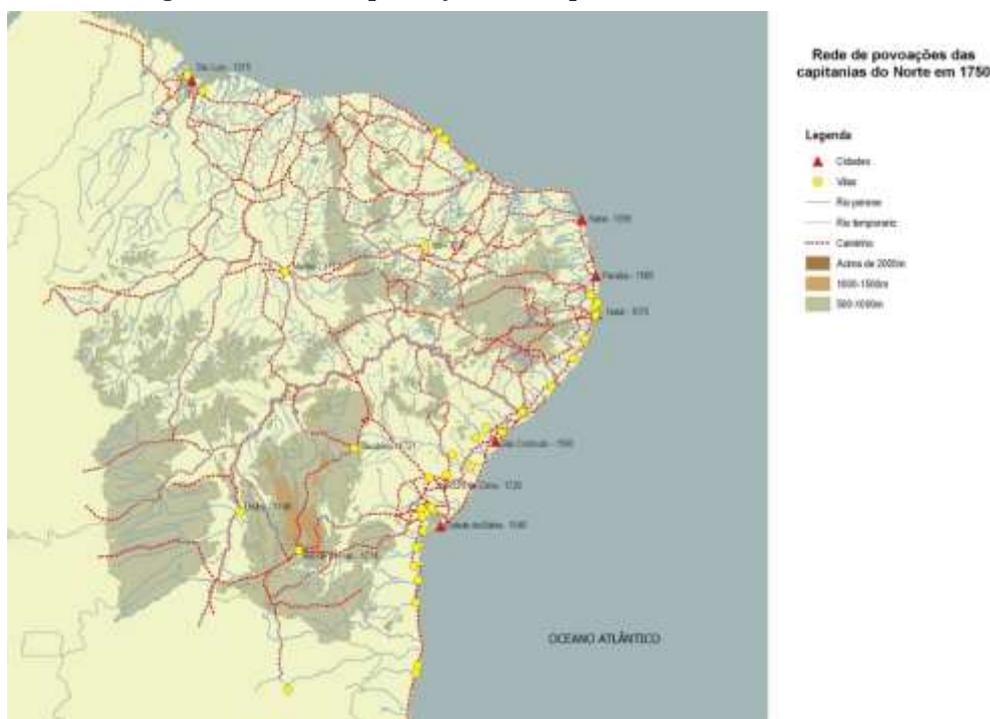
29 JACKSON, J. B. Discovering the vernacular landscape. New Heaven and London: Yale University Press, 1984. p. 150.

30 CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 44.

31 DESPACHO do Conselho Ultramarino referente a provisão de D. João de Lencastro sobre se erigirem em vilas os lugares chamados de Itapicuru e Inhampube. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Sergipe, Cx. 03, D. 22.

existiam os de **Lagarto, Itabaiana, Vila Nova do Rio São Francisco (1732), Icó (1736), Rio de Contas (1745), Aracati (1746) e Urubu (1748) (figura 2).**

Figura 2 – Rede de povoações das capitanias do Norte em 1750.



Fonte: Elaboração do autor utilizando programa de Georreferenciamento (Quantum GIS) sobre base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A escolha da localidade a ser promovida ao *status* de vila não era feita ao acaso. Tratava-se de um processo geopolítico complexo que considerava motivos de ordem geográfica (distância das cabeças dos concelhos, localização da sede paroquial e aspectos utilitários do território como rios perenes e piscosos, bons ares e se o solo era fértil), demográfica e econômica. Contudo, o “remédio” às injustiças (sociais e fundiárias) aparece como o móbil basilar à implementação da vila. Em correição nas vilas de Jacobina e Rio de Contas, o ouvidor geral e provedor da comarca da Bahia, Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, relatou à Coroa a necessidade de instituir...

Outra (vila) de novo no citio do Arrayal do Ryo de S. Fran.^{co} q' fica no meyo do caminho, q' sahe desta Cid.^e p.^a as minas gerays, onde continuan.^{te} sucedem m.^{tas} mortes, por falta de justiça, e por esta cuasa se impede em m.^{ta} parte o commercio, receando os comboyeros passar por aquelles Certões, q' ficando já distantes desta Cid.^e mais de duz.^{tas} e oitenta legoas, o q' tudo se evitará creando-se Villa no d.^o lugar...³²

32 PARECER do procurador da Coroa sobre a ereção de uma vila entre o Rio Real e Itapicuru. Anexo carta do ouvidor da comarca da Bahia. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Bahia, Cx. 22, D. 2024.

As correições e os deslocamentos das autoridades régias pelo território foram os momentos oportunos para a população solicitar a criação de uma vila em sua freguesia ou julgado. Na maioria dos casos analisados, os agentes que requeriam a promoção hierárquica figuravam a elite local, desejosa de controlar administrativa e judicialmente o concelho, caso lograsse a oficialização. Em 1724, o ouvidor da comarca da Paraíba, Manoel da Fonseca e Silva, percorreu as ribeiras do Piancó, Piranhas, Assú e Apodi. Ali encontrou sertões devidamente povoados e sujeitos ao juiz ordinário do julgado do Piancó (criado por ordem régia de 1711). Ele percebeu que as fazendas de gado estavam articuladas numa rede de trocas comerciais entre as capitanias do Ceará, Rio Grande e Pernambuco. Essas condições aparecem nas missivas do ouvidor como potencialidades das povoações pleiteantes à qualidade de vila. Com respeito à ribeira do Açú, capitania do Rio Grande, Fonseca e Silva relatou à Coroa:

Tem a Rib.^{ra} do Assú, q' hé da Cap.^{nia} do Rio Gr.^{de}, além do numero e povoadores q' superabunda, p.^a a erecção de Villa, hú admirável, e aprazível sitio, P.^a se fundar, q' he o q' chamão do Currallinho sete legoas da Matriz, P.^a a pancada do Mar, onde chegão os carbos de Pern.^{co}, por hú largo e fundo rio com todo o provim.^{to} neçessr.^o p.^a os mor.^{es}, o q' só bastava, p.^a se conseguir o fim q' se pertende; q.^{to} mais sendo fecundo de bom peixe p.^{la} vizinhança q' tem com o Mar de huã legoa, e as terras circunvizinhas aptas, p.^a a produção das madiocas, de q' cá se faz a farinha; e abundantes de criações de gados, q' hé todo o neçessr.^o nestas conquistas p.^a o passadio...³³

Novos horizontes urbanos: do período pombalino ao início do Oitocentos

Em termos quantitativos, o número de vilas nos sertões das capitanias do Norte aumentou durante o ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, o conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal, cuja política teve como metodologia a definição e o reordenamento de territórios, sendo as vilas a razão de sua arquitetura. Como salientou Renata Araujo, as vilas e as cidades, níveis hierárquicos que convertem os espaços em urbanos e civilizados, construíam o território em termos oficiais³⁴.

O caso da capitania de São José do Piauí é exemplar³⁵. A criação da vila da Mocha

33 CARTA do ouvidor geral da Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, ao rei (D. João V), sobre a correição que vai fazer na ribeira de Piancó e ser conveniente fundar vila no sítio da matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso bem como na ribeira do Apodi e na do Açú, todas da jurisdição da Paraíba, no tocante à justiça. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Paraíba, Cx. 5, D. 428.

34 ARAUJO, Renata Malcher de. "Desenhar no papel e no terreno: cartografia e urbanismo na Amazônia e Mato Grosso no século XVIII". In OLIVEIRA, Francisco Roque; VARGAS, Héctor Mendonza (coord.). Mapas da metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos - UL, 2010. p. 190.

35 Maiores informações sobre a construção e urbanização da capitania do Piauí ver ARRAES, Esdras. Plantar povoações do território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 257-298, jan.-abr., 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0110>.

e a instituição da comarca do Piauí, por volta de 1722, foram medidas políticas que visaram a reforma fundiária de um território cujas sesmarias estavam irregularmente doadas à Casa da Torre, a Domingos Afonso Mafrense e à Companhia de Jesus. Algumas cartas régias e alvarás com teor de lei haviam sido publicados antes da fundação de Mocha com expectativas de distribuir as sesmarias devolutas àqueles que as denunciasses e requeressem. A carta régia de 20 de janeiro de 1699 e o alvará de 23 de novembro de 1700 enquadraram-se nessa agenda política. A carta régia direcionava-se aos povoadores, enquanto que o alvará concedia às aldeias missioneiras uma légua em quadra para sustento dos missionários e índios aldeados³⁶.

Os processos de reforma territorial do Piauí principiaram no final do século XVII, aquecendo-se na criação da vila da Mocha, a “vila-território” na acepção de Massimo Cacciari³⁷. No entanto, sua construção definitiva ocorreria em 1758, ano no qual D. José I oficializou a capitania com governo autônomo. A autonomização administrativa do Piauí aparece como o resultado de resoluções tomadas por Francisco Marcelino de Gouveia, que havia percorrido toda a capitania com sua comitiva, durante as “grandes demarcações do Piauí”, no intuito de erigir vilas nas principais povoações. Aqui, o Piauí torna-se como um grande laboratório de ensaio urbanístico, no qual a definição de seus contornos administrativos e a fundação de vilas orientaram-se segundo as percepções dos agentes da Coroa adquiridas *in situ*.

Com efeito, Marcelino de Gouveia selecionou duas freguesias a serem convertidas em vilas – Parnaguá e Surubim – em razão de sua “dignidade” material e das receitas obtidas na cobrança dos dízimos. A primeira, “...que he freguesia decentemente preparada com asistencia do S.^{mo} Sacramento, e com renda destinada, e estabelecida para sua perpetua existencia...”³⁸, receberia o título tanto pela “prosperidade” dos habitantes do seu termo, como pela sua estratégica posição, “...porque está em a estrada que vay para as terras novas, ou novamente descobertas em a Comarca de Villa Boa de Goyas e promete o lugar da sua existencia, que a elle se venhão buscar gados, e os mais viveres necessarios para a subsistencia das pessoas que estiverem em as dittas terras novas...”³⁹. Quanto a Surubim, a materialidade do arraial apareceu como a razão de sua elevação hierárquica: “tem ao pres.^e a Povoação trinta e sete fogos e Igreja também com bastante decencia”⁴⁰. Em termos geográficos, a fundação das duas vilas, uma a norte e outra a sul da capitania, equacionaria uma tríade capaz de controlar e reordenar áreas anteriormente administradas exclusivamente por

36 A carta régia e o alvará estão transcritos nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVIII, ano 1906.

37 CACCIARI, Massimo. A cidade. São Paulo: Gustavo Gili, 2010.

38 OFÍCIO do desembargador, Francisco Marcelino de Gouveia, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre o plano que efectuou do território do Piauí e da divisão do mesmo em duas ouvidorias; remetendo uma lista de pessoas que poderão trabalhar no governo civil da capitania. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 6, D. 395.

39 Idem.

40 Idem.

Mocha, distribuindo equitativamente os respectivos termos, a aplicação da justiça aos moradores e fracionando a capitania em três partes de dimensões aproximadas. Transparece no discurso de Marcelino de Gouveia uma clara ideia de urbanizar, autonomizando concelhos a fim de reestruturar o espaço e fixar a população das fazendas e dos sítios em povoações aprovadas pelo rei. Isso conferiu ao Piauí, segundo Araujo, um espaço de experiências e adaptação de paradigmas⁴¹.

Durante as demarcações, o Piauí se fez imagem no mapa desenhado pelo engenheiro militar e cartógrafo Henrique Antonio Galuzzi. O cartógrafo já estava na vila da Mocha em setembro de 1759, antes de partir para sua viagem de inspeção que percorreria ribeiras, caminhos e brejos de carnaúbas. Galuzzi solicitou ao padre Ignacio Samartoni os dados astronômicos sobre o primeiro satélite de Júpiter buscando determinar as longitudes necessárias para a confecção do mapa⁴². Em novembro daquele ano, o Dr. Francisco Marcelino de Gouveia informou a Tomé Joaquim Corte Real sobre as vistorias realizadas nas freguesias junto com o engenheiro, “...destinado a tirar hum plano exacto e individual do territorio da mesma [capitania]...”⁴³. A cartografia auxiliaria o método empregado pelas autoridades na construção das fronteiras do Piauí no papel, em mapa elaborado segundo as técnicas de medição do século das Luzes, além de ser um instrumento basilar à reforma urbana em andamento. O desembargador estabeleceu uma conexão entre o desenho do mapa e as vilas imaginadas: “...p.^a a vista delle interpor o meu parecer sobre os lugares que devem ser em V.^{as} erigidos, termos q’ devem ter, e pessoas q’ p.^a o governo civil dellas achace mais idoneas...”⁴⁴.

Depois de demarcar geometricamente a costa do Maranhão, Galuzzi dirigiu-se ao Piauí, onde palmilhou “...toda aquela extrema largueza e vivendo innumeraveis dificuldades, determinando o rumo dos caminhos e fazendo repetidas observações de latitude e de longitude q’ me foi possível...”⁴⁵. A *Carta Geographica da Capitania do Piaui, e partes adjacentes* é o resultado material e gráfico da viagem de levantamento do cartógrafo (**figura 3**). O engenheiro se interessou em “riscar” as especificidades materiais e sociais do território, pontuando os assentamentos humanos de diferentes níveis e perfis, as estradas atravessadas e as etnias indígenas ainda não reduzidas em

41 ARAUJO, Renata. O Piauí e sua cartografia. In Anais do IV Simpósio LusoBrasileiro de cartografia histórica. Porto, 2011. p. 7.

42 ARAUJO, Renata. O Piauí e sua cartografia...Opus cit., p. 7.

43 OFÍCIO do desembargador, Francisco Marcelino de Gouveia, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre o plano que efectuou do território do Piauí e da divisão do mesmo em duas ouvidorias; remetendo uma lista de pessoas que poderão trabalhar no governo civil da capitania. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 6, D. 395.

44 OFÍCIO do desembargador, Francisco Marcelino de Gouveia, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o cumprimento da execução de um plano geral da capitania, no que se refere a uma boa administração da justiça e arrematação dos dízimos reais. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 7, D. 435.

45 OFÍCIO do engenheiro, Henrique António Gallucio, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as configurações geométricas que efetuou em toda a costa marítima, desde Pará ao Maranhão e capitania do Piauí, para a elaboração de cartas geográficas da capitania, enviando um requerimento a solicitar a sua nomeação para o cargo de sargento-mor engenheiro, com soldo dobrado. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 7, D. 437.

missões religiosas ou vilas de índios. Não deixou de especificar o sistema orográfico e hidrográfico da região, conteúdos fundamentais à delimitação dos termos e jurisdições das futuras vilas. O caso do Piauí é emblemático sobretudo no que dizia respeito ao reordenamento espacial promovido pela política iluminista de Sebastião José de Carvalho e Melo e seu meio-irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Figura 3 – GALUZZI, Henrique Antonio. *Carta Geographica da Capitania do Piaui, e parte das adjacentes.*



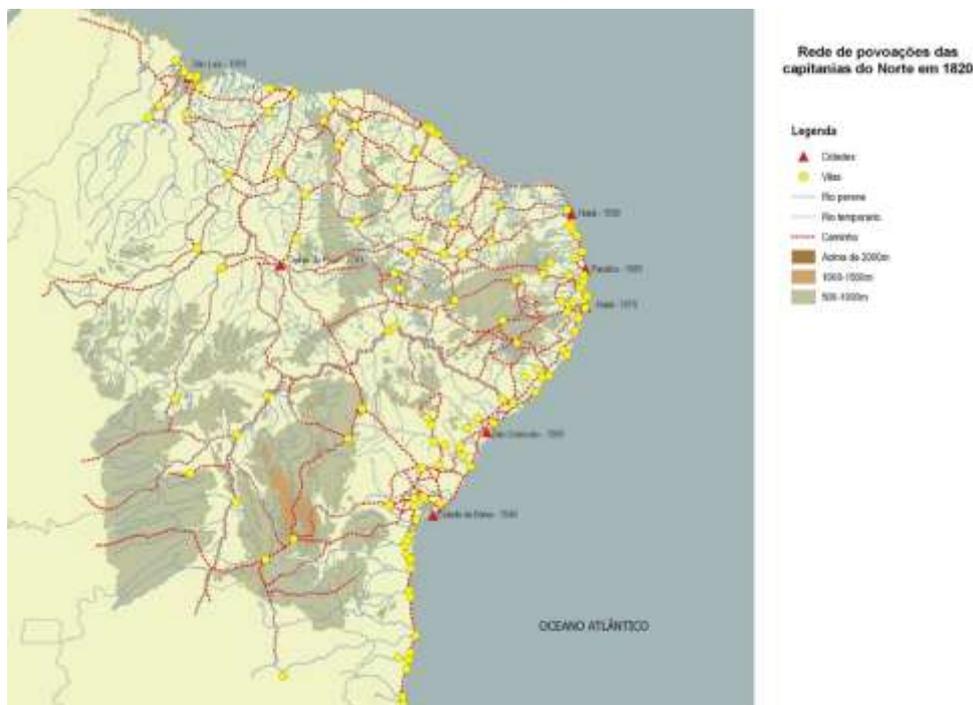
Fonte: Mapa disponível em www.bn.br. Acesso em: 30 mar. 2010.

Os anos posteriores ao ministério de Pombal presenciaram o surgimento de outras vilas nos sertões e a instituição de novas comarcas com limites não coincidentes aos das capitanias. Entre 1789 e 1820, a Coroa erigiu 21 vilas em localidades onde as petições justificassem a promoção⁴⁶ (**figura 4**). Nesse intervalo cronológico, a Coroa instalou a vila de Caxias das Aldeias Altas (antes julgado das Aldeias Altas) implantada na capitania do Maranhão às margens do rio Itapicuru. As autoridades já haviam alertado o Conselho Ultramarino sobre os avanços físicos e econômicos da povoação em meados do século XVIII. Em carta ao bispo do Pará, o governador do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, mostrava-se a favor da conversão do julgado em vila, tanto pelo adensamento populacional que justificava o requerimento, assim como por sua posição geográfica, pois para lá aportavam viajantes e comerciantes do Piauí, das

46 ARRAES, Esdras. Curral de reses, curral de almas: introdução à urbanização dos “certoens” das capitanias do Norte. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 58, p. 51-77, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p51-77>.

minas de Goiás e de outras partes da América portuguesa⁴⁷.

Figura 4 – Rede de povoações das capitanias do Norte em 1820.



Fonte: Elaboração do autor utilizando programa de Georreferenciamento (Quantum GIS) sobre base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 1767, o então governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, apoiava a criação da vila em Aldeias Altas “porque tem bastante pessoas capazes de servirem na Camera”, além de ser o porto do comércio de todos os sertões⁴⁸. Em contrapartida, a Coroa resistiu em conceder a “dignidade” de vila ao julgado. Suas medidas políticas no Estado do Grão-Pará e Maranhão privilegiaram a definição das fronteiras da América portuguesa, a civilização dos índios em espaços urbanos (conforme estipulado no Diretório dos Índios de 1757) e a reconfiguração espacial da capitania de São José do Piauí. Anos depois, em 1796, um outro governador, D. Fernando Antonio de Noronha, solicitou à rainha, D. Maria I, a elevação do *status* de Aldeias Altas. No requerimento há a indicação da extensão do julgado, a localização do arraial, a capacidade econômica do território, as modalidades de comércio e o número de habitantes da povoação⁴⁹.

47 CARTA de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa ao bispo do Maranhão D. frei Miguel de Bulhões. ANTT. Ministério do Reino, mc. 601, Cx. 704, n. 38.

48 CARTA do governador do Maranhão, Joaquim de Mello e Povoas, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre o estado da capitania do Maranhão. ANTT. Ministério do Reino, mc. 601, cx. 704, n. 72.

49 CARTA do governador e capitão-general do Maranhão, D. Fernando Antonio de Noronha, para a rainha D. Maria I, a solicitar a elevação do julgado de Aldeias Altas à dignidade de vila. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Maranhão, Cx. 91, D. 7508.

Quanto à extensão da imaginada vila de Aldeias Altas, foram narrados os limites da jurisdição do julgado instituídos por carta régia de 10 de março de 1747. Sobre o “sitio do Arrayal, e sua povoação”, o governador sublinhou os aspectos positivos da localidade: era o porto para onde confluíam comerciantes e mineiros da Bahia, de Pernambuco, do Piauí e de Goiás desde a sua fundação. A igreja matriz estava “decentemente ornada” e possuía duas irmandades – Santíssimo Sacramento e Almas, “que supria a da Misericórdia, “p.^a enterrar os fiéis”⁵⁰. O terceiro artigo – “cultura” – versava sobre a plantação de algodão como o “principal objeto dos habitantes, tem aly augmentado consideravelmente em pouco tempo, por efeito da fecundidade das terras”⁵¹. D. Fernando relacionou o “commercio” descrevendo as transações operadas na esfera local, isto é, “dentro do Arrayal” havia “acima de vinte lojas de Fazendas de todas as qualidades, finnas, e ordinárias, sedas e galoens...de sorte que aquelle Arrayal, he huma continuada Feira de compras e vendas”⁵². Por fim, a autoridade régia relatou o “número dos seus moradores, e população” e arrolou os 300 fogos do julgado, os 17 mil habitantes da freguesia e o número de escravos das fazendas de algodão erigidas na jurisdição – 4.000 almas⁵³.

Transparece na retórica de D. Fernando Antonio de Noronha que o julgado das Aldeias Altas possuía os atributos indispensáveis às vilas, tais como a escala da povoação, a prosperidade econômica da localidade e do distrito, o povoamento e a presença de “homens-bons” habilitados a exercer os cargos da Câmara. Entretanto, por que tardou sua elevação à condição de vila, efetivada em 1805? Acredita-se, a título de hipótese, que a Coroa quis restringir o poder da nobreza da terra. Quando D. Fernando de Noronha esteve na povoação, além de seu testemunho ocular, foram colhidas informações que embasaram cinco dos seus artigos “de alguns moradores de mais probidade, e conhecimento”. Implicitamente, o texto do governador do Maranhão traz considerações sobre esses moradores (juiz ordinário, escrivão, comerciantes, vigário e fazendeiros) talvez desejosos de controlar a administração do concelho⁵⁴. Em 1799, o príncipe regente D. João solicitou ao desembargador do Piauí, Joaquim Antonio de Araujo, um parecer sobre a questão. A resposta do magistrado foi clara: “q’ me não parece bem a erecção da nova V.^a, porq’ aquelle Arraial de Aldeias Altas tem hum Juiz Ordinário, e hum Tab.^{am} do Publico Judicial e Notas, o q’ hé bast.^e p.^a o civil, suposta a povoação, q’ por ora tem tudo o mais”⁵⁵. Desde esse ponto de vista, bastava o título de

50 Idem.

51 Idem.

52 Idem.

53 Idem.

54 Idem.

55 CARTA do desembargador, Joaquim Antonio de Araújo, ao príncipe regente, D. João, sobre a conveniência em mudar a capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba e acerca do aforamento dos bens do concelho do Piauí. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 24, D. 1240.

julgado, ainda que a povoação apresentasse todas as prerrogativas essenciais à mudança de *status*.

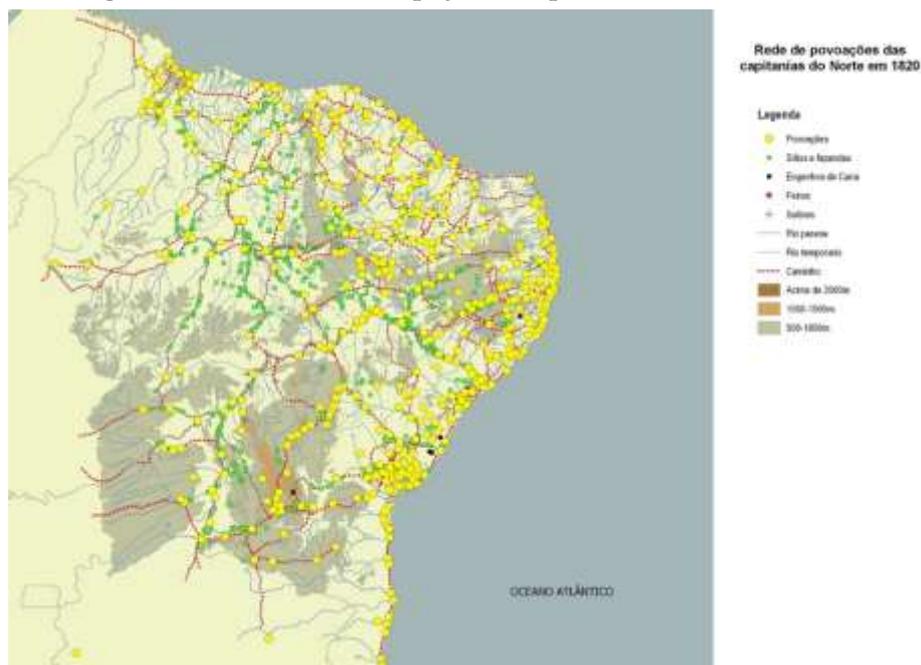
No que diz respeito às comarcas (ou ouvidorias), a sua criação tardou nos sertões do Norte, tendo a maioria surgido nas duas primeiras décadas do século XIX, período no qual D. João VI se esforçou em reorganizar a administração da justiça instituindo os cargos de juiz de fora e ouvidor em determinadas vilas. A primeira ouvidoria – **Bahia da parte do Sul ou Jacobina** – surgiu, em 1734, em decorrência das exigências fiscais e administrativas do ouro extraído nos termos das vilas de Jacobina e Rio de Contas. As demais, **Sertão de Pernambuco** (1810) com vila “cabeça” em Flores do Pajeú; **Crato** (1816) e **Rio São Francisco** (1820) com sede na vila da Barra, apareceram nesse contexto de reforma judicial joanina. Convém assinalar que, as vilas “cabeças” dessas ouvidorias localizavam-se propriamente nos sertões, diferentemente das outras sedes de comarca situadas no litoral: Cidade da Bahia (1548), São Luís (1619), Olinda (1653), Cidade da Paraíba (1688), São Cristóvão (1696), Santa Maria Madalena (1709), Aquirás (1723), Cairú (1763), Porto Seguro (1763) e Natal (1818)⁵⁶.

Representar paisagens: a título de conclusão

O desafio agora reside em mapear os fenômenos sociopolíticos e urbanos ocorridos nos sertões das capitanias do Norte em cartografias temáticas desenhadas em programa de georeferenciamento (Quantum GIS). O resultado obtido em nossa pesquisa acentua sertões devidamente ocupados e transformados ao longo do período colonial. Dessa maneira, as paisagens se descortinam às vistas quando as escalas de abordagens variam. Nota-se, ainda, o amalgamar entre os processos de urbanização e a construção de paisagens em macro-escala.

⁵⁶ CUNHA, Mafalda Soares; NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. Tempo. Vol. 22, nº 39 (jan.-abr.), 2016, p. 10.

Figura 5 – Panorama da ocupação da capitânicas do Norte em 1820.



Fonte: Elaboração do autor utilizando programa de Georreferenciamento (Quantum GIS) sobre base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A cartografia produzida nos séculos XVIII e XIX e a documentação coeva propiciaram o desenho de um sistema geográfico composto de seis camadas: rede de povoações – rede de sítios e fazendas – engenhos de cana – minas de sal e caminhos (**figura 5**). Na camada “rede de povoações” localizamos 530 povoações numa tabela de atributos que privilegia a longa duração. Os campos estabelecidos fundamentam-se em variados níveis hierárquicos: toponímia; capitania; pouso; registro; passagem; missão religiosa; capela; curato; freguesia colada; vigararia da vara; freguesia de índio; lugar de índio; vila; cidade; sede de comarca; sede de juiz de fora; sede de bispado e arcebispado. Já a tabela de atributos da camada “rede de sítios e fazendas” apresenta cerca de 610 elementos distribuídos especialmente nas capitânicas do Piauí, Pernambuco, Bahia e Maranhão. A finalidade dos mapas temáticos consiste em re-apresentar sertões fora do cenário costumeiro plasmado no vazio e na estagnação, porém dinâmicos e relacionados a experiências sociais vivenciadas numa rica e complexa rede de povoações. *Pensar con los ojos* a cartografia colonial em associação com os mapas temáticos de minha autoria seria, sob esses aspectos, deslocar os sertões das capitânicas do Norte do *obscurum* ao palco das atuações protagonistas.

Recebido em 17 de agosto de 2017.

Aprovado em 18 de dezembro de 2017.